



29º Congresso do Sindsef-SP

Caderno de resoluções



@sindsefsp



www.sindsef-sp.org.br

SINDSEF-SP

Filiado à





Lined area for writing, consisting of multiple horizontal lines.

O Sindsef-SP torna a público a proposta de regimento do seu 29º Congresso Estadual. Confira a seguir:

REGIMENTO DO 29º CONGRESSO DO SINDSEF-SP

CAPÍTULO I – DOS OBJETIVOS

Artigo 1º – Preparar a categoria para a defesa dos Serviços Públicos e dos seus direitos e reivindicações, assim como fortalecer a organização dos trabalhadores nos locais de trabalho, discutindo e deliberando sobre os pontos do temário.

CAPÍTULO II – DA PROGRAMAÇÃO

Artigo 2º – Os trabalhadores e trabalhadoras no Serviço Público Federal do Estado de São Paulo se reunirão no 29º Congresso do Sindsef-SP, nos dias 04, 05 e 06 de dezembro de 2025, em local a ser definido, com o objetivo de cumprir a seguinte programação:

04/12 (quinta-feira) de forma On-line

19h – Abertura com saudação das entidades convidadas

20h – Mesa sobre Reforma Administrativa

05/12 (sexta-feira) de forma Presencial

09h – Aprovação do Regimento do Congresso

10h – Mesa de Conjuntura Nacional e Situação do Funcionalismo

12h – Almoço

14h – Balanço e Planos do Sindsef-SP

16h – Coffee Break

17h – Prestação de Contas

18h – Mesa de Combate às Opressões

06/12 (sábado) de forma Presencial

09h – Plenária para aprovação das Resoluções Temáticas

13h – Encerramento

CAPÍTULO III – DA ORGANIZAÇÃO

Artigo 3º – A organização do 29º Congresso do Sindsef-SP está a cargo da diretoria colegiada, que tem a competência de orientar a sua preparação e divulgar os documentos de apoio à discussão.

CAPÍTULO IV – DOS PARTICIPANTES

Artigo 4º – São participantes do 29º Congresso com direito a voz e voto, os servidores e servidoras filiados e filiadas ao Sindsef-SP, eleitos e eleitas como delegados e delegadas em assembleias por local de trabalho/região, no período de 20 de outubro até 19 de novembro de 2025, na proporção de um para cada três ou fração de servidores, sendo necessário para tanto que os mesmos estejam cumprindo o estatuto da entidade nos artigos 11, 12, 13 e seus respectivos parágrafos.

Parágrafo Único: Entende-se como local de trabalho/região o órgão onde os servidores e servidoras filiados ativos estão lotados, não podendo ser eleitos como delegados e delegadas em assembleia em órgão ou região/segmento que não seja o da sua lotação. Na impossibilidade dos servidores e servidoras filiados ativos participarem da assembleia do seu respectivo órgão de lotação, fica garantido ao mesmo ter o seu nome apresentado como candidato a delegado, devendo ser referendado pelos presentes na assembleia do seu órgão. Entende-se como assembleia de outros órgãos, aquela realizada para os servidores e servidoras filiados ativos, onde não ocorreu convocação de assembleia específica em seu órgão ou região/segmento de lotação.

Artigo 5º – Fica garantida a participação dos pensionistas filiados, na qualidade de observadores, aos Congressos do Sindsef-SP, respeitados os mesmos prazos estabelecidos. Os pensionistas devem ser eleitos nas assembleias dos locais de trabalho dos instituidores. Serão eleitos pensionistas na proporção de 1 (um) para cada 07 (sete) participantes da assembleia. Nos casos em que não houver 07 (sete) participantes, nas assembleias que elegeram os delegados, fica garantida a indicação de um pensionista, desde que haja quórum para a eleição de um delegado.

Artigo 6º – São convidados e convidadas as pessoas indicadas pela diretoria colegiada que terão direito à voz nas mesas, grupos e plenárias.

CAPÍTULO V – DAS INSCRIÇÕES E DO CREDENCIAMENTO

Artigo 7º – O credenciamento se iniciará às 08 horas e se encerrará às 18 horas do dia 05 de dezembro de 2025.

Parágrafo 1º – Somente poderão credenciar-se como observadores os servidores e servidoras eleitos e eleitas de acordo como o art. 5º deste regimento. Em nenhuma hipótese o observador ou observadora assumirá as prerrogativas de delegados ou delegadas.

Parágrafo 2º – Serão inscritas como convidadas e convidados, as pessoas indicadas pela diretoria do Sindsef-SP.

Artigo 8º – Os recursos relativos ao credenciamento de delegados ou delegadas ao plenário, somente serão aceitos, se encaminhados pelos delegados ou delegadas que realizarem seu credenciamento até a votação do regimento interno.

CAPÍTULO VI – DOS ORGANISMOS DO CONGRESSO

Artigo 9º – O 29º Congresso do Sindsef-SP será composto pelos seguintes órgãos:

- * Plenárias
- * Mesas diretoras das plenárias;
- * Comissão de Organização do Congresso

Artigo 10 – As plenárias são o órgão máximo de deliberação do 29º Congresso tendo competência para deliberar em última instância sobre as propostas encaminhadas, sobre os recursos a ela submetidos e sobre as demais questões atinentes do 29º Congresso, observado este regimento.

Artigo 11 – As mesas diretoras das plenárias serão compostas por um coordenador ou coordenadora e um secretário ou secretária, cujos nomes serão indicados pela organização do congresso e homologados pelas plenárias. Compete às mesas organizadoras dar a palavra, controlar o tempo, encaminhar as votações, abrir e encerrar as atividades do 29º Congresso.

Artigo 12 – A organização do 29º Congresso é formada pela diretoria do Sindicato, que se responsabiliza por organizar toda a estrutura do evento, competindo-lhe providenciar e solucionar o que for necessário ao bom funcionamento do mesmo, e decidir sobre os assuntos que não sejam da competência dos organismos do 29º Congresso, podendo delegar as tarefas a funcionários ou funcionárias da entidade.

CAPÍTULO VII – DA ORGANIZAÇÃO DOS DEBATES

Artigo 13 – Os debates durante o 29º Congresso do Sindsef-SP, serão feitos tendo como base as propostas de resoluções apresentadas.

CAPÍTULO VIII – DO PROCESSO DE VOTAÇÃO

Artigo 14 – Cada delegado ou delegada terá direito a um voto em cada proposta levada em votação;

Artigo 15 – As votações serão realizadas em Plenário, declarando-se aprovada a proposta que obtiver maioria simples dos votos.

Artigo 16 – A votação do plenário, será antecipada da apresentação das propostas, pelo secretário ou secretária da mesa, após o que o coordenador ou coordenadora da mesa indagará ao plenário se há necessidade de mais esclarecimentos.

Artigo 17 – Apresentadas as propostas, a mesa diretora encaminhará a abertura das respectivas defesas, no prazo máximo de 3 (três) minutos para cada uma. No caso de pontos polêmicos a mesa diretora e/ou o plenário poderão alterar o tempo de defesa das propostas.

Artigo 18 – Encerradas as apresentações de defesa, somente serão abertas novas intervenções, caso haja manifestação da maioria do plenário sobre novos esclarecimentos.

Artigo 19 – As questões de ordem serão apresentadas para a mesa e decididas pelo plenário e devem dizer respeito exclusivamente à ordem dos trabalhos e da pauta. Não serão aceitas questões de ordem, esclarecimentos, ou encaminhamentos durante o regime de votação.

Artigo 20 – As propostas aprovadas pela maioria no plenário serão incorporadas ao texto do Relatório Geral, constituindo assim as Resoluções do 29º Congresso do Sindsef-SP;

CAPÍTULO IX DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 21 – Os casos omissos serão resolvidos em última instância pelas plenárias do 29º Congresso do Sindsef-SP;

Artigo 22 – A Comissão de Organização do 29º Congresso apresentará ao Plenário, a proposta de programação e o presente Regimento Interno para a apreciação e deliberação.

RESOLUÇÃO DE CONJUNTURA

Unificar as lutas para barrar os ataques aos trabalhadores

A queda de popularidade do governo Lula ocorre porque a vida não melhora, apesar do crescimento econômico e diminuição do desemprego. A carestia de vida, especialmente dos alimentos, a precarização e jornadas extenuantes de trabalho, a degradação dos serviços públicos, o endividamento das pessoas, o aperto das pequenas empresas com a taxa de juros de 15% e o aumento da violência geram descontentamento, incerteza e desesperança.

Para compor com o centrão e manter o Arcabouço Fiscal, o governo corta verbas nas universidades, é conivente ou participa de iniciativas de governos estaduais e municipais em processos de privatização da educação, etc; rifa pautas dos setores oprimidos, como mulheres e pessoas trans. Sem falar dos ataques ao meio ambiente, defesa da extração de petróleo na Margem Equatorial ou corpo mole perante o PL da devastação. Já a relação da maioria dos setores da burguesia com o governo é de exigir um ajuste fiscal e patamar de exploração maior. Especialmente o Agronegócio e parte do sistema financeiro.

As servidoras, os servidores e os serviços públicos enfrentam um duro ataque. O Congresso Nacional em articulação com o governo Lula quer implementar uma nova reforma administrativa, com o objetivo declarado de diminuir os gastos com os serviços públicos, ampliar o processo de terceirização/privatização e precarizar as relações de trabalho. O Congresso Nacional criou um GT para apresentar uma proposta de reforma administrativa. Esse GT, coordenado pelo Dep. Pedro Paulo (PSD-RJ), apresentou uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição), um projeto de lei ordinário e um projeto de lei complementar.



O GT da Câmara ainda contou com a ajuda do STF, que em julgamento recente, validou a mudança constitucional que permite a contratação de servidores em regime celetista, poupando trabalho do GT no seu objetivo de fragilizar os vínculos laborais no serviço público.

Além disso, Lula já está implementando uma reforma administrativa na esfera federal, através de decretos, portarias, instruções normativas e no PL das carreiras. Ao todo foram 38 medidas adotadas pelo governo federal. Essas medidas implantadas, sob a coordenação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), comandado por Esther Dweck, estão em acordo com os objetivos da PEC 32/2020 de Paulo Guedes/Bolsonaro.

A crise se aprofunda com o desgaste do regime perante os trabalhadores e o povo, no surgimento de uma nova direita de massas, mas também numa crise entre os três poderes. Há uma crise na institucionalidade burguesa que a torna disfuncional em muitos sentidos para a própria burguesia. O Executivo perdeu poder para o Congresso, que com as emendas impositivas tem um controle maior do Orçamento do que o governo. Já o Congresso hoje, além do centrão, tem um peso inédito de um setor de extrema direita.

Um setor da burguesia que antes apoiava o governo, se desloca para a oposição e aumenta as exigências ao mesmo. A direita e o Centrão no Congresso nesse quadro operam ampliando a sua fragilidade, aplicando derrotas ao governo. Parte dessa movimentação do Centrão junto com a Direita contra o governo (incluindo dos partidos que possuem minis-



térios e estão na base do governo Lula), além de estar pautada pela pressão pelo pagamento de emendas, é também um movimento político visando as eleições de 2026.

A extrema direita está dividida. Bolsonaro pode ser condenado e preso. Mas mantém sua popularidade, tem peso decisivo na definição de um sucessor e na união ou não da direita em 2026. Um setor tenta herdar o espólio de Bolsonaro desde uma extrema direita, como é o caso do governador Tarcísio de Freitas. Alas mais ideológicas, reacionárias mantêm importante capacidade de mobilização e organização das periferias, da juventude e redes sociais, além das igrejas neopentecostais. As bases sociais para o desenvolvimento da extrema direita se mantem, por isso a massificação fulminante de seus candidatos ou influenciadores. Bolsonaro sabe do peso que tem e exige para apoiar um candidato, que este se comprometa com seu indulto, esteja disposto a anistiá-lo e a passar por cima do STF para tal.

Se a popularidade de Lula não melhorar, o desembarque de um setor do Centrão para tentar viabilizar uma candidatura Tarcísio pela direita será maior. Apesar de ter perdido popularidade e apoio na burguesia, Lula não vive um processo de ingovernabilidade. O governo, apesar da queda de popularidade, da crise e maior fragilidade, ainda governa e mantém o Arcabouço Fiscal, apontando para a burguesia o compromisso com ajuste fiscal mais forte pós eleições de 2026. Até lá, torce para que a turbulência externa não atrapalhe muito. Espera que apesar dos juros altos, haja desvalorização do câmbio e com isso desaceleração da inflação. Busca investimento externo e a exploração da margem equatorial para ter mais fôlego, enquanto corta gastos, precariza e sucateia serviços públicos (vide correios). Mas, ao mesmo tempo, aposta em “medidas progressivas” para retomar a popularidade perdida e disputar com chances de ganhar as eleições de 2026.



Lula tenta puxar partes do Centrão para a viabilidade de sua reeleição, apostando na dificuldade da burguesia em conseguir um candidato mais moderado, que atraia os votos do bolsonarismo, mas sem compromisso com Bolsonaro. E, por outro, apela para maior cooptação da esquerda e movimentos sociais, tentando reverter a impopularidade com a defesa de “medidas progressivas”, evitando ao mesmo tempo mobilização, auto-organização e ação direta. Evidentemente não há segurança de que tais medidas e essa tática consiga se sobrepor ao desgaste de fatos como a crise do INSS, o corte de verbas nas universidades ou mesmo à ofensiva reacionária, que vem por baixo também de prefeituras e governos contra os setores oprimidos, a educação, saúde públicas, etc. Aliás, o governo não esperava sofrer a derrota que teve no Congresso. Mas, segue apostando nesse movimento para recuperar a popularidade e disputar 2026 com chances de reeleição.

Há um enfraquecimento do governo, aumento do descontentamento e das lutas. Mas não há um ascenso generalizado e a própria burguesia não espera grandes reformas antes de 2026. Não podemos, porém, descartar que a situação saia do controle mais adiante, que o descontentamento, apesar das direções, atreladas ao governo e a 2026, leve a uma generalização de lutas ou explosão social. Aprofundar as lutas e unificá-las, rumo a uma greve geral é a única forma de tentar barrar os ataques promovidos por este, ou por qualquer outro governo. O Sindsef-SP segue apostando incansavelmente nas mobilizações da nossa classe.

Defendemos:

- Barrar a Reforma Administrativa! A reforma administrativa é um violento ataque aos servidores públicos do Brasil e objetiva reduzir o Estado, tirando-lhe a obrigação de promover políticas sociais que atendam, sobretudo, o conjunto da população trabalhadora pobre de nosso país.
- Em defesa dos serviços públicos! Recomposição de todas as nossas perdas salariais! Concursos públicos já! Pela recomposição da força de trabalho nos serviços públicos!
- Política de geração de empregos, com a redução da jornada de trabalho! Duplicação do salário-mínimo rumo ao salário do Dieese! Pelo fim da precarização das relações de trabalho! Pelo fim da escala 6x1! Não à pejetização irrestrita
- Paridade entre ativos, aposentados e pensionistas! Fim da Contribuição Previdenciária para aposentados e pensionistas! Isenção do Imposto

de Renda dos servidores aposentados! Criação do chamado auxílio-nutrição voltado a servidores aposentados e pensionistas, que, ao se retirarem do serviço ativo, enfrentam perdas de até 30% em sua renda devido à taxaço da aposentadoria e à ausência de benefícios adicionais. Fim da discriminação dos aposentados com aumentos abusivos dos planos de saúde! Cumprimento do Estatuto do Idoso!

- Reforma agrária sob controle dos trabalhadores do campo! Despejo Zero! Reforma urbana, já!
- Em defesa do meio ambiente, dos povos indígenas e quilombolas, contra a devastação ambiental e ganância capitalista! Abaixo o Marco Temporal! Demarcação das terras indígenas e titulação das terras quilombolas!
- Não às privatizações! Reestatização das estatais que foram privatizadas! Não à exploração de petróleo na Amazônia e na Margem Equatorial! Petrobras 100% estatal e sob controle da classe

trabalhadora;

- Intensificar a Lutar pelo fim do Arcabouço Fiscal, pela revogação das reformas Trabalhista e da Previdência! Auditoria e não pagamento da Dívida Pública! Fim do Plano Safra! Pela taxaço dos bilionários e a taxaço progressiva dos impostos! Suspensão do pagamento da dívida aos banqueiros para garantir investimentos nas áreas sociais, tais como saúde, educação, moradia e combate à fome!
- Não à ingerência imperialista de Trump! Abaixo o tarifaço! Em defesa da soberania nacional e dos direitos da classe trabalhadora e dos setores populares! As terras raras são nossas. Nenhuma entrega aos imperialistas. Contra a MP que garante dinheiro para os empresários, enquanto as demissões seguem ocorrendo;
- Prisão para Bolsonaro e todos os golpistas e confisco dos bens! Sem anistia! Cassação do deputado Eduardo Bolsonaro.

RESOLUÇÃO DE COMBATE ÀS OPRESSÕES

Contra toda forma de opressão e exploração

A luta contra todas as formas de opressão é parte da luta contra a exploração e, portanto, é uma tarefa de homens e mulheres da classe trabalhadora. O capitalismo utiliza as diferentes formas de opressão para super explorar e dividir a classe trabalhadora, jogando contra a unidade da classe. O fim da opressão em definitivo só pode ser realizado com o fim da sociedade de classe, mas a luta para isso deve ser feita desde já. O Sindsef-SP de forma incansável pauta o debate e toma iniciativas no sentido de combater todas as formas de opressão e exploração.

Defendemos:

- Fim da violência machista: Implementação de uma ampla campanha contra a violência, a desigualdade e o machismo nas escolas, na mídia, nos locais de trabalho, desconstruindo os alicerces da sociedade patriarcal. Aplicação e ampliação da Lei Maria da Penha e da Lei do Feminicídio. Ampliação da rede de enfrentamento à violência contra a mulher: delegacias especializadas com funcionamento 24h e fácil acesso para as mulheres, centros de referência e casas abrigo para as mulheres vítimas e seus filhos. Política de geração de emprego para mulheres vítimas de violência. Punição aos agressores.



- Não à dupla jornada das mulheres. Pela socialização do trabalho doméstico: construção de restaurantes e lavanderias públicas, creches e escolas em tempo integral para todos os filhos e filhas da classe trabalhadora, centros de lazer e convivência de idosos, bem como de serviços de apoio para todas e todos que necessitam de cuidados especiais.
- Emprego e renda para todas as mulheres trabalhadoras: salário igual para trabalho igual; auxílio-maternidade para todas as mães, incluindo informais e desempregadas; extensão de direitos previdenciários para as trabalhadoras informais e donas-de-casa.

- Melhoria da cobertura e da qualidade da assistência pré-natal, com consultas e exames na época adequada para todas as mulheres, acompanhamento médico, odontológico, nutricional e de enfermagem; construção e abertura de maternidades nos bairros da periferia com estrutura adequada, médicos e profissionais capacitados para o atendimento humanizado das gestantes e parturientes.
- Implementação de um programa de atenção integral à saúde da mulher com acompanhamento qualificado em todas as fases, ciclos e situações de vida da mulher.
- Campanha de prevenção à gravidez indesejada e de planejamento familiar, com a oferta de métodos contraceptivos gratuito, de acordo com as necessidades das mulheres nas unidades de saúde, sem burocracia, acompanhada de medidas de educação sexual e sem preconceitos, inclusive nas escolas. Distribuição de pílula do dia seguinte em todas as UBSs de forma obrigatória.
- Descriminalização e legalização do aborto para que todas as mulheres, que assim o desejarem, possam realizar o procedimento de forma segura e gratuita, pelo SUS.
- Extensão da rede de creches públicas com estatização da rede conveniada. Creches públicas, gratuitas e de qualidade em período integral.
- Arquivamento imediato do PDL 3/2025. Criança não é mãe! Aborto legal e seguro já.
- Garantia da Lei de amamentação fiscalizada por agentes de saúde e da obrigatoriedade de espaços para permanência dos bebês, com cuidados profissionais para as mães durante a amamentação.
- Políticas públicas específicas para mulheres privadas de liberdade, com atenção às suas necessidades específicas, como acesso à absorventes, celas para gestantes, berçários, etc.
- Desmilitarização da Polícia Militar, resquício da ditadura que ainda persiste. Por uma polícia civil unificada sob o controle da população e dos trabalhadores, com direito à organização e sindicalização.
- Fim da lei antiterror que só visa à criminalização das lutas! Direito de organização dos trabalhadores e do povo pobre! Direito do povo pobre à autodefesa, organizada nas lutas, nos bairros, ocupações etc.
- Combate ao racismo e ao mito da democracia racial: por reparação histórica, fim da superexploração e do genocídio da juventude negra e pobre, e o fim das desigualdades sociais entre negros e brancos.



- Justiça pelos assassinatos dos negros nas comunidades pela polícia e punição dos envolvidos em massacres.
- Salário igual para trabalho igual para todas as pessoas, acabando com a indecente diferença que existe hoje entre os salários de negros e brancos.
- Avançar com uma política de fato de reparação, com cotas nas universidades e serviços públicos.
- Descriminalização das drogas. O vício e a dependência devem ser tratados como casos de saúde pública.
- Independência de classe e dos governos para barrar os ataques aos direitos.
- Unidade na luta para combater nas ruas a superexploração orquestrada pela burguesia através de ideologias como empoderamento individual e o empreendedorismo, que se usa de artifícios como pinkmoney e da suposta representatividade LGBTQIAPN+ para gerar mais lucro para o sistema capitalista.
- Criminalização da LGBTfobia: Construir campanhas de combate ao preconceito e a discriminação. Prisão para crimes de homofobia! Contra a patologização, como as “curas gays”.
- Cotas para pessoas trans nas universidades, concursos públicos e iniciativa privada, rumo ao pleno emprego para as pessoas LGBTQIAPN+.
- Garantir condições para que as travestis e transexuais, que vivem da prostituição, tenham acesso a políticas de integração ao emprego formal e qualificação profissional para deixar essa condição, caso queiram. Reconhecimento dos direitos trabalhistas e previdenciários das profissionais do sexo e direito a saúde específica.
- Direito ao nome social de transexuais, transgêneros e travestis e não binários, sem burocracia e sem taxas. Contra o novo RG transfóbico.
- Contra a instrumentalização da fé para crimes de ódio, por um Estado laico e direito à liberdade de todas as religiões. Pelo acolhimento e inclusão de todos!

- Combater a LGBTfobia dentro do movimento sindical e popular para unir a classe trabalhadora!
- Pelo direito das pessoas trans, travestis e não binaries usarem os banheiros que quiserem e se sentirem mais seguras!
- Contra o apartheid trans, pelo direito de existir no Brasil e em todo no mundo!*
- Investimentos no SUS para a saúde específica da população LGBTQIAPN+, direito à terapia hormonal e à cirurgia de redesignação sexual com adequado acompanhamento psicológico.
- Políticas públicas de prevenção de DSTs e tratamento para pessoas portadoras de HIV, principalmente nas periferias!
- Investimento público para o amplo atendimento às vítimas de violência, com cuidados à saúde física e psicológica. Construção de casas abrigo como política de Estado para as vítimas de violência e abandono familiar.
- Debate de gênero e sexualidade nas escolas, pela revogação da BNCC e do Novo Ensino Médio, não ao projeto Escola Sem Partido e à militarização das escolas públicas.
- Não ao Marco Temporal: revogação da Lei 14.701/23!
- Demarcação, homologação, proteção e sustentabilidade dos territórios indígenas!
- Revogação de todas as portarias e decretos que ameacem os direitos dos povos originários.
- Políticas específicas devem ser formuladas para garantir moradia e renda para os indígenas em situação de rua!
- Por uma política de inclusão de indígenas nos concursos públicos e iniciativa privada.
- Livre trânsito internacional dos trabalhadores, com direito à documentação, trabalho e assistência médica para todos os imigrantes e refugiados. Nenhum ser humano é ilegal!

BALANÇO DAS ATIVIDADES DO SINDSEF-SP

O ano de 2025 foi de mobilização constante em defesa do serviço público e da valorização das servidoras e servidores. Diante da falta de avanços nas negociações salariais e do risco de aprovação de uma nova Reforma Administrativa, o Sindsef-SP manteve-se presente nas ruas, nos espaços de debate e no acompanhamento das mesas de negociação, atuando em conjunto com outras entidades e movimentos.

Nossas Lutas

A campanha salarial seguiu como um dos principais eixos de atuação, envolvendo categorias de diferentes órgãos federais. As assembleias e mobilizações expressaram a insatisfação com a estagnação salarial e a ausência de equiparação entre os Três Poderes, além de reafirmarem a importância de uma política de valorização permanente do funcionalismo.

Outro ponto central foi a luta contra a Reforma Administrativa, que ameaça direitos históricos e compromete o caráter público do Estado. O sindicato acompanhou o tema de perto e denunciou as tentativas de avançar com o projeto sem diálogo com os trabalhadores.



O Sindsef-SP também manteve ações de combate ao assédio moral e sexual, ampliando o debate sobre ambientes de trabalho saudáveis e de respeito. Em paralelo, seguiu atento às pautas sociais mais amplas, apoiando iniciativas contra a violência do Estado e em defesa dos direitos humanos.

Confira a seguir um panorama das lutas, conquistas e desafios vividos ao longo do ano.

Campanha Salarial

Janeiro e fevereiro: início das mobilizações

O ano começou com o debate sobre reajustes, carreiras e condições de trabalho no serviço público.

No dia 24 de janeiro, o Sindsef-SP celebrou o Dia dos Aposentados, destacando a importância de quem construiu o serviço público e segue ativo na luta.

Em 28 de janeiro, o sindicato e a Ascema SP/PR convocaram os servidores da Área Ambiental para assembleia na superintendência do Ibama, em São Paulo, discutindo indenizações, PGD e defasagem salarial.

No dia 31 de janeiro, o Fonacate, o Fonasefe e as centrais sindicais protocolaram no MGI a pauta unificada de 2025, abrindo oficialmente a campanha salarial.

Poucos dias depois, em 6 de fevereiro, a assembleia conjunta da Ascema SP/PR e Sindsef-SP tratou do atraso no reajuste, da incerteza orçamentária e de questões específicas da área ambiental.

Em 18 de fevereiro, representantes do Sindsef-SP reuniram-se com a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE), ligada ao MTE, reforçando a interlocução direta sobre as demandas da base.

No dia 20 de fevereiro, os servidores federais participaram da primeira reunião da campanha 2025 com o governo Lula, enquanto o Sindsef-SP defendia uma política permanente de recomposição salarial.

Encerrando o mês, em 28 de fevereiro, foi convocada a Semana Nacional de Mobilização (11 a 17 de março), em Brasília e nos estados, para pressionar o governo a cumprir os acordos de 2024.



Março – pressão e organização

As mobilizações ganharam fôlego com assembleias e reuniões setoriais em diferentes órgãos.

Em 5 de março, servidores da Cultura denunciaram a ausência de plano de carreira e os salários defasados.

No mesmo mês, o Sindsef-SP realizou uma assembleia com a Assipen, que discutiu negociações e reestruturação de carreiras no setor de Ciência e Tecnologia.

Entre 21 e 23 de março, ocorreu o Seminário de Planejamento da Diretoria, reunindo dirigentes e base para debater a conjuntura e planejar as ações da campanha. O seminário aprovou novos passos para fortalecer a mobilização.

Em 27 de março, o sindicato alertou sobre golpes envolvendo falsas mensagens sobre reajustes salariais.

Abril – reajuste sancionado e novas cobranças

No dia 11 de abril, o presidente Lula sancionou a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025, garantindo o pagamento dos reajustes a partir de maio e os retroativos de janeiro. O Sindsef-SP alertou que o índice era insuficiente e mantinha as desigualdades entre os Três Poderes.

Entre 10 e 15 de abril, o sindicato realizou assembleias estaduais e setoriais com servidores da Área Ambiental, da Cultura e do MTE, avaliando os impactos da LOA e definindo estratégias de pressão.

Assembleias realizadas com servidoras e servidores da Área Ambiental de São Paulo, no Cepta/Pirassununga, e nacional, no dia 9 de abril, por videoconferência, discutiram pontos centrais relacionados à implementação do acordo firmado com o



governo, além de informes da mesa setorial do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e da organização do Congresso da Ascema Nacional.

A recomposição salarial e a estruturação da negociação permanente com o governo federal foram os principais temas da reunião nacional dos servidores e servidoras do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), realizada virtualmente no dia 10 de abril. A atividade foi convocada pela Anasmitrap (Associação Nacional dos Servidores Administrativos dos Ministérios do Trabalho e Emprego e da Previdência Social) e a condução ficou a cargo do secretário-geral Rogério Expedito, que apresentou os pontos de pauta e esclareceu dúvidas da categoria.



No dia 25, foram divulgadas orientações sobre prova de vida de aposentados e pensionistas e sobre imposto de renda, com prazo para entrega das declarações até 30 de maio. O sindicato também divulgou o plano de saúde da Assefaz, informando os servidores sobre mudanças nos planos e benefícios.

No dia 30 foram realizadas duas assembleias. A primeira reuniu os servidores da Cultura, on-line; a segunda, reuniu os aposentados e pensionistas, na sede do sindicato.



Maio – greve da Cultura e mobilização nacional

O mês de maio ficou marcado pela greve nacional da Cultura, aprovada em 30 de abril e iniciada em 5 de maio, com participação de trabalhadoras e trabalhadores das diversas instituições vinculadas ao Ministério da Cultura (MinC).

Durante o mês, o Sindsef-SP acompanhou as assembleias nacionais e estaduais da categoria, e também as atividades da Área Ambiental.

Uma representação dos servidores do Ibama em São Paulo entregou, no dia 16 de maio, um ofício ao presidente do Instituto, Rodrigo Agostinho, manifestando preocupação com a possibilidade de transferência da sede da Superintendência (SUPES/SP), atualmente localizada na Alameda Tietê, no bairro dos Jardins — uma região nobre e valorizada da capital paulista, para uma região no Centro Histórico, conhecida por registrar altos índices de furtos e roubos.

Junho – negociações e greve ambiental

Após sucessivos adiamentos, o MGI convocou nova rodada da Mesa Nacional de Negociação Permanente para 12 de junho, mas sem avanços concretos.

Em 5 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente, houve paralisação nacional com atos públicos e debates sobre a política salarial.



No mês, o Sindsef-SP divulgou as novas tabelas de reajuste 2025-2026 e orientações sobre transparência nos pagamentos.

No dia 27, servidoras e servidores da Cultura se reuniram em assembleia on-line para debater e definir as propostas ao Encontro Nacional do setor, que ocorreu em Brasília nos dias 30 de junho e 1º de julho. A atividade também discutiu a importância

de manter a mobilização da categoria, mesmo após a suspensão da greve.

Ainda em junho, uma importante vitória: a Justiça Federal julgou improcedente a ação de improbidade administrativa movida contra o servidor Carlos Daniel G. Toni, que foi absolvido de todas as acusações. Carlos Daniel também teve confirmada a reintegração ao cargo de analista ambiental, consolidando mais uma conquista nesse processo. A sentença representou uma conquista da categoria e do jurídico do Sindsef-SP, que atuaram de forma firme e comprometida na defesa do acusado.

Julho e agosto – resistência e mobilização

Nos dias 30 de junho e 1º de julho, servidores da Cultura participaram do Encontro Nacional da Cultura, em Brasília. Em pauta: análise de conjuntura, estratégias de mobilização e avaliação do movimento paredista. A atividade contou com a participação de representantes de 13 estados, incluindo São Paulo.

Ainda no início de julho, o departamento Jurídico do Sindsef-SP preparou duas notas explicativas: uma, sobre o Abono de Permanência na Base de Cálculo do 13º Salário e Adicional de Férias; outra a respeito da incorporação da Gratificação de Raios X na Aposentadoria.

No dia 2 de julho, o Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) encerrou oficialmente as atividades de sua unidade em Lagoa Vermelha (RS), após 111 anos de funcionamento ininterrupto. O Sindsef-SP deu destaque ao fato e fez a denúncia de que o fechamento faz parte de um processo nacional de desmonte institucional que ameaça a capacidade do país de monitorar e antecipar eventos extremos, em plena era de colapso climático.



Em 3 de julho, foi publicado o edital do Concurso Nacional Unificado (CNU 2025), seguido de orientações sobre prazos e etapas.

No mesmo período, o Sindsef-SP divulgou a adesão da Assefaz ao plano Jade Capital, com men-

salidades reduzidas. Além disso, divulgou informes sobre a CNEN, que abriria 150 vagas de concurso ligadas ao IPEN.

Em agosto, a Mesa Setorial de Negociação Permanente da Área Ambiental voltou a se reunir em Brasília. Em pauta estavam pontos que seguem sem solução, como a regulamentação da Indenização de Campo, a entrada de carreiras transversais no Ministério do Meio Ambiente (MMA) e a crítica às contratações de trabalhadores temporários em funções que devem ser exercidas por técnicos e analistas ambientais ou administrativos.

Setembro, outubro e novembro – continuidade da luta

Em setembro, o governo autorizou a nomeação de 460 aprovados no Ibama e, no mês seguinte, liberou 1.984 nomeações de concursos dos últimos dois anos.

No dia 1º de outubro, o MGI marcou a MNNP para 29/10, e o Fonasefe convocou ato no mesmo dia, em Brasília, para pressionar por equiparação de benefícios, negociação coletiva e direito de greve. No período, o sindicato também impulsionou as bases para o 29º Congresso do Sindsef-SP (edital publicado em 24/09).

Nos dias 07, 08 e 09 de novembro, o Sindsef-SP realizou o Encontro dos Aposentados e Pensionistas, na Pousada Maeda, em Itú (SP). Em assembleia realizada na noite do dia 07, foi aprovado um manifesto contra a política salarial do governo Lula.



Diante do orçamento ainda travado e as negociações sem resultado, a luta por reajuste e reestruturação seguirá como prioridade até 2026.

Greve da Cultura

A greve nacional da Cultura, deflagrada em 5 de maio, foi um dos marcos de 2025.

Coordenada por trabalhadores dos órgãos vinculados ao Ministério da Cultura, a paralisação se espalhou por 21 estados e reuniu milhares de servidores em mobilizações locais e nacionais.

Em São Paulo, o Sindsef-SP acompanhou todas as assembleias presenciais e virtuais, realizadas nos dias 5, 7, 13, 21, 26 e 28 de maio, além de atos em frente a equipamentos culturais e visitas a espaços em greve.

Foram produzidos materiais informativos, cartas abertas e intervenções artísticas que denunciaram a precarização do setor e exigiram um plano de carreira nacional para a Cultura.

A mobilização teve forte repercussão na imprensa alternativa e nas redes sociais, reafirmando a importância da organização coletiva para defender a cultura como direito social e política de Estado.

Após a onda de mobilizações de maio, o tema



seguir ativo: em 04/09, o episódio #7 do Café com Lutas debateu o Sistema MinC e o papel do Estado na Cultura, reafirmando a pauta de plano de carreira, concursos, recomposição e investimento.

Em 16/10, no Museu Lasar Segall, a atividade “Saúde no trabalho, saúde mental, prevenção de doenças” aprofundou a agenda pós-greve, conectando condições de trabalho e valorização à proteção da vida.

Luta contra a Reforma Administrativa

Fevereiro e março: alertas e mobilizações

As discussões sobre a nova Reforma Administrativa voltaram a ganhar força logo no início de 2025. Ainda em fevereiro, durante as reuniões da campanha salarial, o Sindsef-SP, junto às entidades nacionais, alertou que o governo Lula retomou a narrativa sobre “modernização do Estado”, o que na prática significava o retorno da lógica de desmonte dos serviços públicos.

Durante a Semana Nacional de Mobilização (11 a 17 de março), o Sindsef-SP e a CSP-Conlutas denunciaram que o arcabouço fiscal e as medidas de austeridade seguiam inviabilizando políticas de valorização e abrindo caminho para uma nova versão da PEC 32.



O alerta se confirmou em 24 de março, quando a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) organizou o evento “Reforma Administrativa já”, com a presença da ministra Esther Dweck. O Sindsef-SP participou do ato de protesto em frente à Fiesp, junto às demais entidades do funcionalismo, com o lema: “A Reforma Administrativa é contra o povo! Os ricos querem acabar com os serviços públicos!”.

Na mesma semana, o sindicato divulgou materiais explicando como o discurso de modernização esconde o projeto de enfraquecimento do serviço público, e alertou que a proposta voltava a tramitar de forma fragmentada no Congresso, com o GT da Reforma Administrativa retomando suas atividades na Câmara dos Deputados.



Abril: preparação da campanha e enfrentamento político

Durante as assembleias de abril, o Sindsef-SP ampliou o debate sobre a reforma administrativa, articulando o tema com as pautas salariais e com o enfrentamento ao assédio moral e sexual.

A questão também esteve presente na assembleia estadual dos aposentados (30 de abril), que discutiu os impactos do projeto sobre benefícios e aposentadorias.

O sindicato destacou que, ao propor flexibilizações nos vínculos e ampliar contratações temporárias, o governo repetia os mesmos eixos da antiga PEC 32 — apenas com uma roupagem mais branda.

Nesse período, o Sindsef-SP também participou da elaboração de textos de mobilização unificada junto ao Fonasefe, alertando que a retomada da PEC era um ataque conjunto aos servidores federais, estaduais e municipais.

Maio e junho: campanha contra a reforma administrativa

Em 7 de maio, durante a assembleia estadual, o sindicato lançou oficialmente a campanha contra a Reforma Administrativa, alertando que a proposta seguia em tramitação e poderia ser votada no segundo semestre.



ministrou uma palestra sobre a Reforma Administrativa para servidores da Cultura, na sede do Iphan/SP. A atividade explicou os principais pontos do projeto e suas semelhanças com a PEC 32/2020, destacando o risco de uma “precarização estrutural do Estado”.

Nos dias seguintes, o sindicato publicou uma série de matérias denunciando o “acordão” entre governo e Congresso, que mantinha intactos os interesses do mercado financeiro e preparava o terreno para a aprovação da reforma.

Também alertou sobre as portarias do MGI que vinham aplicando medidas de caráter temporário e contratações sem concurso público, consideradas avanços da reforma “por dentro” do Executivo.

Julho: avanço no Congresso e nova fase de alerta

O mês de julho consolidou a pauta como uma das maiores ameaças ao funcionalismo. No dia 10 de julho, ocorreu mais uma audiência do Grupo de Trabalho da Reforma Administrativa na Câmara, com a presença da ministra Esther Dweck, do governador Eduardo Leite e do prefeito Bruno Reis.

O Sindsef-SP denunciou que o debate era conduzido sem transparência e com exclusão das representações sindicais, repetindo o método autoritário da PEC 32.

No mesmo período, o sindicato publicou matérias alertando para projetos complementares à reforma, como o PL 3069/2025 (Lei Geral dos Temporários) e o PL 2585/2025, que impõe metas produtivistas ao SUS.

Ambos foram identificados como tentativas de implantar, por dentro do Estado, a lógica privatista que desvaloriza servidores e transforma o trabalho público em mercadoria.

Em 11 de julho, dirigentes do Sindsef-SP parti-



Poucos dias depois, em 22 de maio, o Sindsef-SP publicou o boletim especial “A nova reforma administrativa”, que analisou o discurso do governo sobre “modernização da gestão pública” e revelou como as mudanças defendidas pela Fiesp e pelo MGI enfraquecem carreiras, ampliam terceirizações e transferem funções públicas ao setor privado.

O debate se intensificou em junho, quando, no dia 12, o advogado do Sindsef-SP, César Lignelli,

ciparam de seminário em Brasília, convocado pela Frente Parlamentar Mista do Serviço Público, com o mote: “É urgente barrar a nova Reforma Administrativa antes que seja tarde demais”.

A partir dali, a campanha nacional de enfrentamento ganhou fôlego, com o sindicato divulgando informes semanais sobre as audiências e mobilizações nacionais, e reforçando o chamado para que a base permanecesse em estado permanente de mobilização.

Agosto: resistência articulada e denúncias públicas

Em 29 de julho, o relatório final do GT da Reforma Administrativa foi entregue à presidência da Câmara, confirmando que o texto previa demissão por insuficiência de desempenho, vínculos precários e redução de garantias constitucionais.

O Sindsef-SP classificou o relatório como “PEC 32 disfarçada” e publicou uma nota pública de repúdio, denunciando que a proposta mantém privilégios para o alto escalão e ataca a base do funcionalismo.

Durante o mês de agosto, o tema esteve presente nas assembleias do Ministério da Saúde, MTE e Cultura, e nas reuniões do Conselho Deliberativo. O jurídico do Sindsef-SP também orientou as bases sobre os impactos práticos da reforma, caso fosse aprovada.



O boletim “Portaria do MGI é vista como avanço da reforma administrativa”, de 25 de julho, teve grande repercussão ao denunciar que o governo vinha aplicando dispositivos típicos da reforma sem debate público nem aprovação legislativa.

O sindicato intensificou as denúncias e reforçou a mobilização nacional convocada pelas frentes parlamentares.



Setembro e outubro: mobilização permanente

Em 2 de setembro, o Sindsef-SP participou do ato nacional nos aeroportos, com concentração no Aeroporto de Congonhas (SP), dentro da mobilização do Fórum dos Trabalhadores do Setor Público do Estado de São Paulo.

O protesto cobrou dos parlamentares o fim dos ataques aos serviços públicos e a rejeição da reforma administrativa, reforçando a defesa da estabilidade, da carreira e do concurso público.

Ao longo do mês, o sindicato seguiu publicando notas e alertas sobre o avanço da tramitação da PEC, defendendo que a luta contra a reforma deve continuar articulada à campanha salarial e à defesa das carreiras públicas, pois todas essas frentes expressam a disputa por um Estado a serviço da sociedade, e não do mercado.

Nos meses de setembro e outubro, a mobilização contra a Reforma Administrativa seguiu intensa. Em 2 de setembro, o Sindsef-SP participou da ação nacional nos aeroportos, com ato em Congonhas (SP) e em Brasília, alertando parlamentares de que “se votar, não volta”. O tema também pautou o seminário estadual realizado em 17 de setembro, convocado pelo Fórum dos Trabalhadores do Setor Público do Estado de São Paulo, para debater os impactos do projeto e organizar a resistência diante do avanço do texto na Câmara dos Deputados.

A Assembleia Estadual do Sindsef-SP, no dia 18 de setembro, reafirmou a importância da unidade da categoria na luta contra a Reforma, reunindo servidores ativos e aposentados de diferentes setores. A atividade também homenageou Wilson Honório da Silva, militante histórico do movimento negro e LGBT, que faleceu em 17 de setembro e teve papel marcante nas ações do sindicato.

Em 24 de setembro, servidoras e servidores da Funai se reuniram para debater os impactos da nova versão da Reforma Administrativa e eleger delegadas e delegados ao 29º Congresso Estadual do Sindsef-SP.

Em 26 de setembro, o MTE realizou assembleia nacional virtual para discutir a “reforma silenciosa” em andamento, que vem esvaziando cargos e funções na pasta, e aprovou mudanças de estratégia na luta pela criação da Carreira de Mediação e Políticas Públicas de Trabalho e Emprego.

Já em 24 de outubro, as servidoras e os servidores da Fundacentro realizaram assembleia virtual para discutir o texto da reforma, questões internas da Fundação e eleger representantes para a Comissão Interna (CIF) e para o 29º Congresso do Sindsef-SP.

Essas atividades fortaleceram o chamado à Marcha Nacional do Serviço Público, ocorrida no dia 29 de outubro, em Brasília. A caravana do Sindsef-SP se somou à cerca de 20 mil servidores que ocuparam a capital federal contra a Reforma Administrativa.

A marcha contou com a presença de servidores das três esferas – federais, estaduais e municipais – e de todas as centrais sindicais e entidades do funcionalismo, além de dezenas de parlamentares que compareceram ao caminhão de som para declarar posicionamento contrário à PEC.

A mensagem central do ato foi a defesa do serviço público como direito da população e não como privilégio de servidores. Representantes das categorias destacaram que a aprovação da PEC – que repete a lógica da PEC 32 de Bolsonaro – resultaria em mais terceirização, precarização, corrupção e redução da capacidade do Estado de atender deman-



das essenciais da população, em áreas como saúde, educação e assistência social.

A força das mobilizações do funcionalismo começa a produzir seus primeiros efeitos e parlamentares começaram a retirar suas assinaturas da proposta, colocando em xeque a continuidade da medida e mostrando que a luta é o caminho para barrar esse ataque.

Durante todo o ano, a atuação do Sindsef-SP combinou mobilização de base, análise crítica e articulação nacional.

O sindicato esteve presente em atos, seminários, audiências públicas e manifestações em Brasília e nos estados, produziu materiais informativos, participou de ações direcionadas aos parlamentares e manteve vigilância permanente sobre o governo e o Congresso.

As mobilizações de 2025 mostraram que, mesmo sem grandes conquistas imediatas, a categoria segue firme na defesa do serviço público, dos direitos sociais e da valorização dos trabalhadores ativos, aposentados e pensionistas.



Principais ações do Sindsef-SP contra a Reforma Administrativa

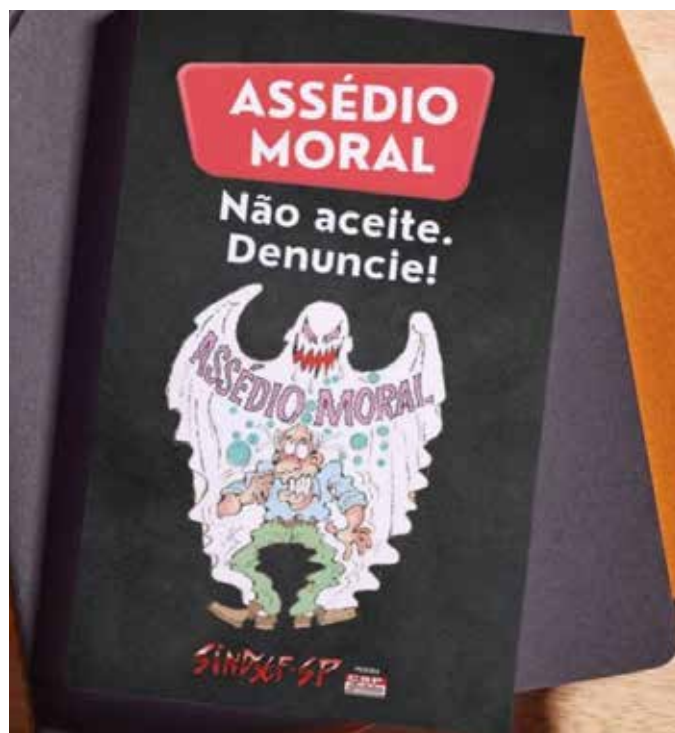
- ✔ Denúncia nacional sobre o retorno da lógica privatista e do discurso de “modernização do Estado” nas falas do governo e de entidades empresariais como a Fiesp.
- ✔ Participação em protesto, como o ato em frente à Fiesp (24 de março), o ato nacional nos aeroportos (2 de setembro) e a Marcha Nacional do Serviço Público (29 de outubro).
- ✔ Campanha permanente de combate à Reforma Administrativa, articulada às pautas salariais e à defesa dos servidores e dos serviços públicos.
- ✔ Publicação do boletim especial “A nova reforma administrativa”, com análise crítica sobre o projeto e suas consequências para o serviço público.
- ✔ Palestras do advogado César Lignelli, explicando à base os principais pontos da PEC e seus impactos nas carreiras.
- ✔ Denúncia pública sobre o PL 3069/2025 e o PL 2585/2025, identificados como medidas complementares da reforma, que ampliam vínculos precários e metas produtivistas no serviço público.
- ✔ Alerta jurídico e político sobre a portaria do MGI que autoriza contratações temporárias via banco do CNU — apontada como avanço da reforma “por dentro” do Executivo.
- ✔ Informes semanais e materiais informativos produzidos e divulgados nas redes e boletins do sindicato, com foco em conscientizar a base e a sociedade sobre os impactos da reforma.
- ✔ Integração das pautas de aposentados e pensionistas, destacando que a reforma também ameaça benefícios, estabilidade e a previdência pública.

Combate ao Assédio Moral e Sexual

Março: dados alarmantes e debate público

O tema do assédio moral e sexual voltou com força à pauta do Sindsef-SP em 2025, impulsionado por dados nacionais e pela necessidade de ampliar o debate dentro do serviço público.

No dia 12 de março, o sindicato destacou levantamento do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que apontou crescimento de 35% nas ações judiciais sobre assédio sexual em um ano, saltando de 6.367 para 8.612 casos entre 2023 e 2024. A notícia serviu de alerta sobre a urgência de enfrentar a violência de gênero e as práticas abusivas nos locais de trabalho, majoritariamente contra mulheres.



O assunto também ganhou espaço no Seminário de Planejamento da Diretoria do Sindsef-SP, realizado entre 21 e 23 de março, que incluiu uma roda de conversa sobre o tema, relacionando assédio, desigualdade e cultura institucional. A discussão marcou o início de uma nova etapa da campanha do sindicato, voltada à conscientização e à criação de estratégias coletivas de enfrentamento.

Abril: lançamento da campanha permanente

O Sindsef-SP deu um passo decisivo em 10 de abril, ao lançar oficialmente novos materiais da campanha permanente de combate ao assédio moral e sexual durante a assembleia estadual das servidoras e servidores.

A iniciativa reforçou a necessidade de enfrentar práticas abusivas naturalizadas nos ambientes de trabalho e ampliou o escopo da atuação sindical ao incluir também o combate ao desvio de função.

O material, distribuído em formato digital e impresso, trazia orientações sobre como identificar e denunciar casos de assédio, destacando que o silêncio institucional favorece a impunidade.

Maio: continuidade do debate e integração com outras lutas

Em 7 de maio, o tema foi retomado durante a assembleia dos aposentados e pensionistas, que avaliou o balanço da campanha e reforçou que o combate ao assédio também é uma forma de garantir dignidade e respeito a todas as gerações do funcionalismo.

A reunião destacou que o assédio atinge não apenas quem trabalha na ativa, mas também quem enfrenta burocracias e negligências institucionais após a aposentadoria.

Ainda em maio, o sindicato uniu a campanha contra o assédio moral e sexual às pautas da Reforma Administrativa e da Campanha Salarial, destacando que o ambiente de trabalho adoeceador e autoritário é resultado direto das políticas de desmonte e precarização do serviço público.

As assembleias e reuniões realizadas no período apontaram a importância de que o enfrentamento ao assédio seja tratado como uma questão política, e não apenas disciplinar.



Julho e agosto: avanço legislativo e vigilância sindical

No dia 25 de julho, o Sindsef-SP destacou o Projeto de Lei 699/2025, apresentado pela deputada Dandara (PT-MG), que propõe mecanismos para prevenir e combater o assédio moral e sexual contra mulheres no ambiente de trabalho.

A data, que marca o Dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha e o Dia Nacional de Teresa de Benguela, foi utilizada pelo sindicato para reafirmar o caráter interseccional dessa luta — envolvendo gênero, raça e classe.

Setembro e outubro: ações de base e fortalecimento institucional

Em 11/09, o MTE lançou a Cartilha Amarela sobre prevenção e combate ao assédio, outras violências e suicídio relacionado ao trabalho.

Em 16/10, no Museu Lasar Segall, a palestra “Saúde no trabalho, saúde mental, prevenção de doenças” (parceria Sindsef-SP/Ilaese) trouxe a pauta de ambientes de trabalho seguros, acolhimento e responsabilidade institucional.



O Sindsef-SP vem consolidando a campanha de Combate ao Assédio Moral e Sexual como uma das principais bandeiras políticas e educativas do Sindsef-SP em 2025. É importante registrar e encaminhar denúncias formais, garantindo proteção aos denunciantes e acompanhamento jurídico.

Luta contra a violência do Estado

Maio: justiça por Luiz Fernando e denúncia da violência policial

O Sindsef-SP iniciou o mês de maio acompanhando as lutas dos movimentos populares contra a violência do Estado.

No dia 12 de maio, o sindicato destacou a primeira audiência do caso Luiz Fernando, jovem negro de 20 anos executado em 2023 por policiais da ROTA, tropa de elite da Polícia Militar de São Paulo.

Sob a mobilização da campanha #JustiçaPorLuizFernando, familiares e organizações sociais realizaram ato em frente ao fórum, exigindo responsabilização dos agentes envolvidos e o fim da impunidade em casos de violência policial.

O Sindsef-SP manifestou solidariedade à família e reafirmou seu compromisso com as lutas que denunciam o racismo institucional e a letalidade das forças de segurança, chamando atenção para o perfil das vítimas — em sua maioria jovens, negros e periféricos.

Junho: mobilização popular contra despejos e violência policial

Em 11 de junho, o sindicato noticiou o Ato Unificado contra Despejos e Violência Policial, realizado na Praça da República, em São Paulo, convocado pela Campanha Despejo Zero.

A manifestação reuniu movimentos populares de moradia, organizações sociais e ativistas que denunciaram as remoções forçadas e os despejos promovidos pelo poder público, além da repressão policial a comunidades urbanas e rurais.

O Sindsef-SP destacou que a luta contra os despejos está diretamente ligada à defesa dos direitos sociais e à construção de um Estado que priorize a vida, e não o lucro imobiliário.



Poucos dias depois, em 16 de junho, o sindicato noticiou a manifestação histórica em solidariedade ao povo palestino, realizada em São Paulo, com cerca de 30 mil pessoas exigindo o rompimento das relações do governo brasileiro com Israel.

O ato, considerado a maior manifestação pró-Palestina já realizada no país, reforçou a denúncia do genocídio em Gaza e o apoio aos povos vítimas de violência e ocupação.

No dia seguinte (17 de junho), o Sindsef-SP repercutiu a nota da Marcha Global a Gaza, que denunciava detenções e deportações de manifestantes pelo governo do Egito, conectando as lutas internacionais às pautas locais de direitos humanos e antirracismo.

Julho: resistência e solidariedade em tempos de violência

O mês de julho foi atravessado por novas expressões da violência institucional e pela resposta solidária das entidades de classe.

No dia 16 de julho, o Sindsef-SP publicou nota de pesar pela tragédia com estudantes da Universidade Federal do Pará (UFPA), que morreram em um acidente a caminho do Congresso da UNE, em Porangatu (GO).

A nota lamentou as mortes e denunciou as condições precárias de transporte enfrentadas pelos estudantes brasileiros, destacando que a negligência do Estado também se manifesta na omissão diante da juventude que luta por educação pública.

Em 24 de julho, o sindicato destacou a ocupação do Incra em São Paulo e em mais de 20 estados, organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e outros movimentos do campo, durante a Semana Camponesa, em alusão ao Dia Internacional da Agricultura Familiar (25 de julho).



O texto enfatizou que as ocupações são respostas legítimas à lentidão da reforma agrária e à violência fundiária que atinge comunidades rurais, reafirmando a aliança histórica entre o Sindsef-SP e as organizações populares do campo e da cidade.

Durante a reunião do Conselho Deliberativo do Sindsef-SP, realizada em 26 de julho, o tema da violência de Estado foi debatido em conjunto com o tarifaço de Donald Trump contra o Brasil, como símbolo das múltiplas formas de dominação e exploração — econômicas, políticas e policiais — que afetam os povos do Sul Global.

O sindicato reafirmou que a luta contra a violência não se restringe ao combate direto à repressão policial, mas envolve também o enfrentamento às estruturas econômicas que produzem desigualdade e exclusão.

Agosto: violência contra servidores e o papel do Estado

Em 1º de agosto, o Sindsef-SP denunciou a violência sofrida por fiscais do Ibama e da Polícia Civil de Goiás, atacados durante uma operação de fiscalização na Terra Indígena Sararé (MT).

O sindicato afirmou que o episódio escancara os riscos enfrentados por servidores públicos que atuam em defesa da lei e do meio ambiente, frequentemente expostos a ameaças e agressões por grupos criminosos.

A nota chamou atenção para a omissão do governo federal na proteção dos trabalhadores e para a necessidade de políticas concretas de segurança e valorização dos fiscais ambientais.



Outubro: denúncia da letalidade da juventude negra e periférica

Em 17/10, o sindicato divulgou que o relatório Unicef/FBSP apontou +120% de aumento (2022–2024) nas mortes de crianças e adolescentes por intervenção policial em SP — o sindicato denunciou a letalidade e cobrou políticas de proteção à juventude negra e periférica.

A luta contra a violência do Estado continua como um eixo da atuação do Sindsef-SP, articulando solidariedade internacional, denúncia da repressão policial e defesa dos servidores ameaçados no exercício de suas funções.

O sindicato esteve presente nas ruas, ao lado de movimentos populares, denunciando a seletividade da justiça e a impunidade dos crimes cometidos por agentes públicos.

As notas, manifestações e ações de solidariedade deixam claro que defender a vida e os direitos humanos é também defender o serviço público.

Internacional

O Sindsef-SP manteve, ao longo de 2025, uma postura ativa de solidariedade internacional e defesa dos direitos humanos em escala global. As publicações do sindicato acompanharam a crescente mobilização mundial contra o genocídio do povo palestino, denunciando a ofensiva militar de Israel em Gaza e as violações sistemáticas de direitos cometidas contra a população civil.

Em junho, o sindicato divulgou informações sobre a maior manifestação já realizada no Brasil em apoio à Palestina, que reuniu cerca de 30 mil pessoas em São Paulo, exigindo o fim das relações diplomáticas e comerciais do Brasil com o governo israelense e o rompimento dos acordos que sustentam o apar-



theid e a violência na região.

O Sindsef-SP também destacou as denúncias da Marcha Global a Gaza, que expuseram as prisões e deportações arbitrárias de ativistas pelo governo do Egito, em meio à repressão aos movimentos internacionais de solidariedade.

Calendário de lutas e combate às opressões

Ao longo de 2025, o Sindsef-SP acompanhou e participou das principais datas de mobilização e campanhas sociais, articulando-as com a defesa dos serviços públicos, da democracia e dos direitos humanos. Cada data foi tratada como oportunidade de reflexão e de fortalecimento da luta coletiva das servidoras e servidores públicos.

O ano começou com a lembrança do Dia dos Aposentados (24 de janeiro), quando o sindicato destacou a importância dos servidores que dedicaram sua vida ao serviço público e continuam participando das mobilizações. A data também foi marcada por debates sobre aposentadorias, abono de permanência e a necessidade de valorização do segmento.

Em 8 de março, o Dia Internacional das Mulheres foi pautado nas assembleias e nas publicações do sindicato, mostrando o protagonismo das servidoras públicas na luta por igualdade e respeito, bem como a importância de ambientes de trabalho livres de assédio moral e sexual. As discussões sobre gênero, cuidado e políticas públicas estiveram no centro da mobilização, integrando-se à campanha permanente de enfrentamento ao assédio.

O 21 de março, Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, foi lembrado com mensagens antirracistas e de valorização das lutas históricas da população negra, conectando as pautas raciais às lutas contra o autoritarismo e o desmonte do Estado. No mesmo mês, o 31 de março, Dia Nacional de Luta por Memória, Verdade e Justiça, foi resgatado como momento de reafirmação do compromisso com a democracia e de repúdio à violência institucional.

Em 1º de maio, o Dia do Trabalhador e da Trabalhadora reuniu servidores e movimentos populares nas ruas e nas redes. O Sindsef-SP destacou que a luta por recomposição salarial e pela valorização do funcionalismo faz parte da luta mais ampla da classe trabalhadora contra o arrocho, a precarização e a retirada de direitos.



Durante o mês de maio, também foi lembrado o Dia Internacional de Combate à LGBTfobia (17 de maio), quando o sindicato reforçou que a defesa do serviço público está ligada à construção de um Estado livre de todas as formas de discriminação, com políticas de respeito à diversidade sexual e de gênero.

Em junho, o Dia Mundial do Meio Ambiente (5 de junho) foi um marco importante, especialmente pela greve nacional da área ambiental. A data serviu de alerta sobre a necessidade de proteger o meio ambiente e valorizar os servidores que atuam nessa área, frequentemente expostos a condições precárias e à falta de reconhecimento.

O 25 de julho, Dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha e Dia Nacional de Tereza de Benguela, foi lembrado com destaque nas redes do Sindsef-SP, valorizando o papel das mulheres negras no serviço público e na luta sindical. A data também foi marcada pela denúncia do racismo institucional e da falta de representatividade nos espaços de poder.

Em agosto, o Dia Internacional dos Povos Indígenas (9 de agosto) foi abordado nas publicações do sindicato, reafirmando o compromisso com a defesa dos direitos originários e com as lutas contra o desmonte da Funai e do Incra.

5 de setembro marcou o Dia Internacional da Mulher Indígena (em memória de Bartolina Sisa) e o Dia da Amazônia, apontando a centralidade das lutas dos povos originários e da defesa do bioma.

Em outubro, as agendas do Dia do Servidor Público (28/10) e a Marcha Nacional do Serviço Público (29/10) se conectaram, projetando mobilização nas ruas por carreira, direitos e serviços públicos de qualidade.

O Sindsef-SP demonstra que a amplitude da atuação sindical vai além das pautas corporativas e abraça as lutas sociais mais amplas.



SindDicas

Em 2025, o SindDicas seguiu como um projeto criativo e formativo do Sindsef-SP, reunindo semanalmente dicas culturais indicadas pelos coletivos de base. O projeto seguiu divulgando sugestões de filmes, livros, músicas, peças de teatro e exposições que dialogam com temas sociais, culturais e ambientais, fortalecendo a formação crítica e a valorização da arte e da diversidade.

Entre as indicações do ano, estiveram o filme “Retratos Fantasma”, de Kleber Mendonça Filho, e o longa “Pureza”, estrelado por Dira Paes, e “Ainda Estou Aqui”, vencedor do Oscar de Melhor Filme Internacional. Nas sugestões de leitura, destaque para Quarto de Despejo, de Carolina Maria de Jesus, Torto Arado, de Itamar Vieira Junior, e Ideias para Adiar o Fim do Mundo, de Ailton Krenak, obras que abordam a resistência, a desigualdade social e a relação entre humanidade e natureza.

Em setembro e outubro, o SindDicas apresentou novas sugestões culturais que movimentaram a cena paulistana. A Virada Sustentável, que celebrou 15 anos, reuniu shows, exposições e debates gra-



tuitos em vários pontos da cidade. No teatro, o destaque foi o espetáculo “Quando Ismália Enlouqueceu”, na Biblioteca Mário de Andrade. Já o Festival de Cultura Popular, realizado entre 7 e 12 de outubro no Centro Cultural São Paulo (CCSP), ofereceu mais de 50 atrações gratuitas entre música, teatro, cinema e oficinas.

Entre aproximadamente 100 dicas culturais, outros eventos lembrados foram o São Paulo Food Film Fest (13 a 23 de novembro), que une cinema e gastronomia; a comemoração dos 32 anos do Espaço Petrobras de Cinema, no dia 6 de outubro; e o Festival Mário de Andrade, de 24 a 26 de outubro, que celebrou o centenário da Biblioteca Mário de Andrade com programação literária e artística gratuita.

Nossa Gente

Em 2025, o Sindsef-SP deu continuidade ao Projeto Nossa Gente, lançado há quatro anos como parte do Projeto de Comunicação Popular. O objetivo do projeto é reconhecer e valorizar as pessoas que contribuíram para a construção e o fortalecimento do sindicato, preservando suas histórias e memórias de luta.

Neste ano, o espaço prestou homenagem a Jonas de Paula, servidor do Ministério da Saúde e membro do Conselho Deliberativo do Sindsef-SP,



que faleceu no dia 16 de março. A publicação destacou sua trajetória de compromisso com o serviço público e sua dedicação às causas coletivas.

Deu na mídia

Neste ano, o Sindsef-SP manteve a divulgação constante de matérias e informes produzidos por veículos de comunicação alternativos, institucionais e da grande imprensa. Foram compartilhadas notícias de veículos como o Brasil de Fato, a Auditoria Cidadã da Dívida, o Diap e o Congresso em Foco, além de fontes oficiais como o STF, o Ministério da Gestão e da Inovação (MGI) e a OAB, e da imprensa tradicional, como a Folha de S. Paulo, o Correio Braziliense, o Extra (RJ), dentre outros.

As publicações destacadas ao longo do ano abordaram temas de grande relevância para o funcionalismo e para o conjunto da classe trabalhadora, como a valorização do salário mínimo, a abertura de novos concursos públicos, o avanço da Reforma Administrativa, as mudanças previdenciárias e as decisões judiciais com impacto direto sobre os direitos da categoria. O Sindsef-SP também repercutiu debates sobre a composição e a execução do Orçamento Federal de 2025, o reajuste dos servido-

res, as políticas de carreira e as disparidades salariais entre os Três Poderes.

Outro destaque foi o acompanhamento das medidas do governo federal relacionadas à gestão de pessoal, como a portaria que ampliou o prazo para inspeção médica oficial de concursados e o anúncio de nomeações em órgãos federais. As matérias repercutidas também trouxeram análises sobre o aumento da precarização dos contratos temporários nos estados e municípios, a extinção de mais de 44 mil cargos públicos, as discussões sobre critérios para nomeações em cargos públicos e as críticas da OAB à fala do ministro Fernando Haddad sobre a chamada “indústria de precatórios”.

O Sindsef-SP deu visibilidade, ainda, à PEC

14/2021, que garante aposentadoria integral e paridade para agentes comunitários de saúde e de endemias, e ao PL 4513/2025, que propõe gratuidade de justiça para sindicatos em ações coletivas.

Também foram divulgadas informações de interesse imediato da base, como o alerta da Geap sobre tentativas de fraude em boletos e a recomendação de cuidado com novos golpes digitais, entre eles o golpe via WhatsApp capaz de comprometer dados pessoais e banir contas de usuários.

Com essa cobertura contínua, o Sindsef-SP aproximou os servidores das pautas nacionais e das decisões que impactam o serviço público, contribuindo para a formação crítica e a mobilização informada da categoria.

Notas de pesar e solidariedade

Em 2025, o Sindsef-SP expressou seu luto e solidariedade em diferentes momentos, acompanhando perdas significativas para a categoria e para o movimento social.

Em 14 de janeiro, foi publicada a nota de pesar por Elvira Gentil, irmã da diretora Beth Lima, reconhecida atriz e produtora teatral, falecida aos 94 anos após uma vida dedicada à arte e à cultura.

No dia 12 de março, o sindicato lamentou a morte de Igor Haifig, filho da servidora aposentada e ex-diretora Luzia Haifig, vítima de um câncer agressivo.

Poucos dias depois, em 16 de março, a entidade comunicou o falecimento de Jonas de Paula Custódio, servidor do Ministério da Saúde (ex-Funasa) e membro do Conselho Deliberativo do Sindsef-SP, lembrado como um companheiro presente em todas as lutas da categoria.

No dia 21 de março, o sindicato divulgou a nota de pesar por João José de Oliveira, marido da servidora aposentada e diretora Nadir Claro Bueno Oliveira, falecido aos 78 anos.

Em 25 de março, foi publicada uma nota de solidariedade ao PSTU pela perda do companheiro Américo, manifestando apoio a seus familiares e camaradas.

Em 3 de abril, o Sindsef-SP comunicou o falecimento de José Antonio Martins, intelectual comprometido com o movimento operário e com as causas da classe trabalhadora.

Já em 29 de maio, foram divulgadas duas notas: uma pelo falecimento de Solange Cesar Vilardi

Martini, aos 81 anos, e outra por Manoel Eduardo Ponce, servidor aposentado do Ministério da Saúde e sindicalizado desde 1991.

Em 16 de julho, o sindicato manifestou pesar pela tragédia com estudantes da Universidade Federal do Pará (UFPA), vítimas de um acidente a caminho do Congresso da UNE, que resultou em cinco mortes.

No dia 29 de julho, foi publicada a nota de pesar por Ivanilde Pereira, servidora aposentada da Funai e ex-diretora do Sindsef-SP, falecida aos 72 anos, lembrada por sua trajetória de dedicação à categoria.

Em 17 de setembro, o Sindsef-SP prestou homenagem e publicou a nota de pesar “Wilson Honório da Silva, presente!”, lamentando a morte do professor e militante histórico do movimento negro, LGBT e socialista. Wilson foi uma referência nas lutas por igualdade e justiça social e colaborou em diversas iniciativas de formação política do sindicato.

Por fim, em 11 de outubro, o sindicato comunicou o falecimento de Aparecido Pereira de Almeida, servidor lembrado com respeito e gratidão por sua contribuição ao serviço público e ao coletivo sindical.

Em todos esses momentos, o Sindsef-SP reafirmou seu compromisso com a solidariedade e o acolhimento, mantendo viva a memória de quem dedicou sua vida à luta pelos direitos e à construção de um serviço público comprometido com o bem comum.



SINDSEF-SP

Filiado à



Sindicato dos Trabalhadores no Serviço
Público Federal do Estado de São Paulo

Edifício São Vicente Avenida Bernardino de
Campos, 48, 1º andar, Conjunto 11 – Paraíso
– São Paulo/SP, CEP 04004-040